



Nota sobre o atual momento político brasileiro.

Nós, membros do **coletivo Padres da Caminhada**, vimos a público nos manifestar sobre o atual processo decorrente das investigações policiais sobre o banco Master e os desdobramentos que se lhe seguem. Tais investigações tiveram como decorrência, além de uma grande crise financeira, uma forte crise das instituições, após a decretação da liquidação extrajudicial do banco Master pelo Banco Central e a prisão de seu dono, Daniel Vercaro. A quebra do sigilo de inquéritos e relatórios da PF revelou conversas e conexões do dono do banco com diversos agentes públicos, parlamentares e figuras do poder judiciário, gerando graves tensões institucionais entre os poderes da República.

Em primeiro lugar, pedimos as devidas investigações imparciais, no que diz respeito aos desvios milionários do dinheiro público que, mais uma vez, é usado para fins que não dizem respeito ao bem comum nem ao bem-estar de toda a sociedade brasileira. Entendemos que ninguém está acima da lei, mas estranha-nos que as investigações tenham se mostrado parciais e tendenciosas, focando apenas um lado do espectro político e poupado o lado oposto cujos membros são acusados de ter recebido milhões cujos destinos não são nem investigados nem esclarecidos.

Quanto às mensagens trocadas entre Vercaro e o ministro do STF Alexandre de Moraes, além de alegadas viagens, em jato privado, de Dias Toffoli com um diretor investigado do banco Master e supostos pagamentos feitos ao escritório do filho do ministro Nunes Marques a consultorias feitas com recursos do banco Master, apoiamos as devidas investigações e eventuais punições a posturas ilegais, a partir do momento em que a ilegalidade do ato delituoso seja devidamente comprovada. No entanto, a primeira retirada do sigilo sobre os documentos e a cronologia dos vazamentos sugerem uso político, em pleno período eleitoral, com o objetivo explícito de prejudicar um dos lados do espectro político.

A conduta processual do relator, André Mendonça, não obedeceu aos rituais previstos pelo regimento interno do STF nem foi submetida ao plenário, provocando incalculáveis efeitos políticos. O que se viu claramente até agora foi o fortalecimento de pautas da extrema-direita com o intuito de afetar a credibilidade e adestrar o próprio STF que, num passado muito recente, se mostrou o guardião maior de nossa jovem democracia. O recente afastamento do diretor da PF, com sua posterior reintegração, atingem atribuição exclusiva do presidente da República, aumentando desnecessariamente as tensões entre os poderes e mostrando a parcialidade de quem dirige as investigações.

Estranha-nos ainda a falta de menção e mais ainda de investigação do destino dos 61 milhões que o candidato da extrema-direita solicitou ao banqueiro Vercaro, supostamente para financiar o filme Dark Horse sobre seu pai, preso e condenado por tentativa de golpe de estado. Há denúncias de que o total negociado entre o candidato e o banqueiro atingiu a quantia de 134 milhões. Não se viu esforço do ministro Mendonça em investigar o destino desse dinheiro que é público.

Reafirmamos nossa convicção de que um estado laico é uma das bases sólidas do estado republicano que aceita a diversidade religiosa sem se submeter aos imperativos de uma religião ou de grupos religiosos particulares. Nesse sentido, lamentamos que grupos religiosos radicais nacionais e internacionais estejam contaminando a laicidade do estado e ameaçando a democracia com discursos que,



embora aparentemente religiosos, escondem pretensões totalitárias incompatíveis com o espírito democrático e a pluralidade religiosa. No caso brasileiro, lamentamos a existência de uma bancada religiosa, inspirada numa pretensa “teologia” da prosperidade, numa casa que deve representar toda a população e não somente uma fatia da sociedade como ainda lamentamos que pessoas públicas misturem sua função com suas opções religiosas.

Enfim, a democracia brasileira tem sofrido ataques e sido bombardeada por todos os lados para fazê-la submeter-se a interesses internacionais e de grupos financeiros mundiais, inclusive às big techs, que solapam a soberania do país e tentam submeter toda a América Latina aos interesses de um só país. As marcas maiores da democracia são justamente a impessoalidade da lei, a resolução dos conflitos pelo diálogo e a busca conjunta da verdade e do bem comum. Reafirmamos nosso compromisso evangélico com os mais pobres e com todo o povo brasileiro, trabalhando diariamente para que predominem a justiça e a paz, sinais visíveis do Reino de Deus presente aqui e agora.

São Paulo, 11 de setembro de 2026.

Padres da Caminhada.